

modulação pacificadora da polícia nas favelas cariocas¹

mayara de martini cabeleira

Em dezembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, passou a funcionar a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Dois anos depois, inaugurou-se a UPP Social, que passou a se chamar Rio+Social, em agosto de 2014. Juntos, o programa de segurança e o programa social miram no território das favelas e compõem a chamada política de pacificação, que objetiva, primordialmente, (re) tomar territórios comandados pelo tráfico de drogas.

Sob os efeitos do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis no país, somados aos investimentos em megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a articulação da política de pacificação ganhou espaço fértil para consolidar-se.

Ao combinar assistencialismos e empreendedorismos, a polícia passou a ser treinada por meio do conceito de proximidade. Interessa, aqui, mostrar as modulações do funcionamento da política de pacificação e como seus efeitos

Mayara de Martini Cabeleira é pesquisadora no Nu-Sol e mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Contato: mayarademartini@yahoo.com.

produzem, rapidamente, um fluxo de monitoramento contínuo e apaziguamentos interessados em condutas obedientes.

uma outra configuração do espaço favela

Ao final do século XIX e início do XX, os morros da cidade do Rio de Janeiro ganharam novas configurações com o aparecimento do que se chamou de favela.² Ocupada inicialmente por ex-escravos, imigrantes, ex-moradores de cortiços destruídos no centro da cidade e por um grande contingente populacional que chegava à cidade à procura de trabalho, a favela rapidamente se expandiu e culminou em uma forma de segregação territorial.

Essas áreas, com o decorrer das décadas, passaram a ser associadas à presença do tráfico de drogas e à disseminação da chamada violência urbana³. Hoje, as favelas, agora reconhecidas como *comunidades*⁴, são alvos das mais variadas intervenções governamentais conectadas às políticas de segurança e aos programas sociais que visam regular a vida dos indivíduos que ali estão.

Se antes a política voltada a estes sujeitos privilegiava a exclusão, ou simplesmente a eliminação, por meio da prática de segurança repressiva, há uma nova configuração deste espaço com o aparecimento das políticas de melhorias que passam a *convocar a população a participar*⁵ da formulação de programas. Essa participação objetiva, primordialmente, manter a população dentro das fronteiras que designam o começo e o fim da favela.

Ao mesmo tempo, as favelas da cidade do Rio de Janeiro tornaram-se pauta preferencial das mídias, que

passaram a apresentá-las como um lugar de investimentos possibilitadores de novos empreendedorismos.

No despontar desta nova configuração, Edson Passetti afirma que “o combate ao tráfico de drogas será o alvo para a restauração da favela”⁶. Os clamores por reformas mais eficazes são, muitas vezes, traduzidos em programas de segurança destinados às polícias do Estado, o que reforça a disseminação das polícias sem farda – representadas por ONGs, fundações, instituições, etc. –, que também exercem função de polícia.⁷

Para restaurar essas áreas, viabilizar novos negócios e atender aos clamores da população por segurança em um ambiente considerado inseguro por conta da violência atribuída ao narcotráfico, a Prefeitura da cidade, em parceria com o Governo Estadual, Governo Federal e iniciativa privada, criou, em novembro de 2008, a política de pacificação com o programa Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁸. Articulada pela gestão do secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame⁹, a UPP entrou em vigor respaldada no Decreto 6.703/2008¹⁰, que aprovou a utilização das Forças Armadas pela Estratégia Nacional de Defesa em operações internas de “garantia da lei e da ordem” e em operações que atendam requisitos da Justiça Eleitoral, concedendo às Forças Armadas a função de polícia.

a política de pacificação

A UPP pretende *pacificar* conflitos, *ordenar condutas*, (re)tomar territórios e promover inclusão, participação e desenvolvimento econômico, social e ambiental

sustentável com a entrada de serviços públicos, projetos sociais e de investimentos privados nessas regiões. Estão sendo instaladas em territórios há anos ocupados por grupos de traficantes, chamados também de facções criminosas, e milicianos (grupos armados compostos por policiais e ex-policiais).

O programa afirma ter como objetivo a desarticulação de quadrilhas para a (re)tomada de territórios, utilizando o princípio de polícia de proximidade, “conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”¹¹. A atuação desta polícia afirma pautar-se no diálogo, no respeito à cultura e nas características de cada favela.

Desde outubro de 2012, esta política conta com a parceria do Ministério Público, tido como facilitador das chamadas “mediações de conflitos”. A UPP é dirigida e operacionalizada pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), responsável por desempenhar uma transição paradigmática de um “fazer tradicional de polícia para um fazer moderno e criativo”¹², que procura realizar uma gestão eficiente e efetiva para chegar à pacificação, agindo, portanto, como a *polícia da polícia*.

Na perspectiva da CPP, a UPP é um modelo de pacificação compartilhado e também compartilhável que mobiliza a sociedade “tocando os céticos com emoção, sem ser arbitrário”¹³, pois afirma respeitar aqueles que irão ajudar na construção de uma rede solidária em prol de uma *segurança cidadã*. Procura criatividade e flexibilidade para “aprender com as diferenças, respeitando-se o saber local”¹⁴.

O processo que consolida a chamada pacificação de uma favela passa por três etapas. Primeiro, delinea-se o perfil da área, a partir de pesquisa realizada pelo IBGE, para a elaboração de uma estratégia cartográfica. A segunda etapa, denominada Choque de Paz, consiste na ocupação territorial feita pelos agentes do Comando da Polícia Militar e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Contudo, também podem participar deste processo militares do Exército Brasileiro e da Marinha, como ocorreu no Complexo do Alemão e da Maré e na favela da Rocinha – operações de grande repercussão midiática. A duração dessa fase varia de acordo com a complexidade geográfica do local e também de possíveis resistências. Na terceira, e última fase, é introduzida a UPP.

A partir desse momento são acionadas estratégias complementares para garantir a sensação de segurança da população que habita as favelas então “pacificadas”. Motopatrolhamento, câmeras em *high definition* para reconhecimento facial¹⁵, mapeamento digital georeferenciado¹⁶ e *smartpolicing*¹⁷ – aplicativo que grava imagem e áudio com o objetivo de registrar o comportamento policial –, são alguns dos mecanismos que explicitam um fluxo de monitoramento eletrônico contínuo exercido como instrumento da política de pacificação.

Como desdobramento e suporte a esta política, criou-se em 2010 o programa UPP Social, que teve seu nome alterado para Rio+Social em 2014. Coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP)¹⁸, em parceria com o ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), o programa afirma que seu objetivo é promover qualidade de vida às populações que moram em territórios considerados pacificados por

meio da identificação de demandas específicas de cada território, bem como integrar ações com o Governo Estadual e Federal, sociedade civil e iniciativa privada¹⁹.

A Rio+Social afirma *compartilhar* responsabilidades e compromissos, inserindo-se tanto no âmbito das políticas sociais como no da filantropia sustentada pela iniciativa privada. A presença desta última, dentro destes projetos sociais/assistenciais, faz-se condizente com a responsabilidade social, considerada importante dentro de cada empresa, uma vez que colaborar com um programa social pode significar novos negócios.

empreendedorismos

Atraídos pelo discurso de que a presença policial ostensiva fomenta a introdução de novos negócios na região, investidores e moradores das favelas do Rio de Janeiro veem na UPP uma oportunidade para aquecer a chamada economia local.²⁰ Muitos moradores animam-se em saber que a chegada da chamada pacificação abre espaço para novos empreendimentos e, conseqüentemente, para a geração de empregos que facilitarão o pagamento de suas dívidas atuais, futuras e inacabáveis com as denominadas moedas sociais²¹, cartões de crédito, cheques especiais e linhas de microcrédito.

Uma atividade lucrativa animada pela “pacificação” é o turismo. Procurado por estrangeiros desde meados da década de 1980, cresce velozmente a cada ano, desde 2008. Agora, conhecer a realidade local de uma favela considerada um ambiente transformado passou a fazer parte constitutiva de qualquer programa que contemple os pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

A procura por esses *tours*, sempre conduzidos por agências, ganhou nova dimensão e procura não somente entre estrangeiros, como também entre brasileiros. Hoje, mais de 50% dos turistas estrangeiros e 58% dos brasileiros chegam à cidade com a intenção de conhecer uma favela de perto.²² Um levantamento referente ao número de turistas que visitaram o bondinho do Pão de Açúcar e o teleférico do Complexo do Alemão em novembro de 2012 mostra que o número de visitas deste último registrou mais que o dobro dos que foram ao tradicional Pão de Açúcar.²³

Constata-se um investimento, tanto externo, quanto interno. Contudo, os investidores externos não se aproximam das favelas somente através de seus novos empreendedorismos, mas também oferecerem infindáveis cursos, gratuitos ou de baixo custo, voltados às mais variadas capacitações, úteis a seus empreendimentos.

Além de cursos de capacitação profissional, especialmente em regiões com UPP, a atuação de ONGs, institutos, associações, etc., em parceria com a Rio+Social, se faz igualmente intensificada. Promovem aulas de futebol, handball, vôlei, basquete, natação, muay thai, karatê, música, ginástica, curso de modelo, atividades especiais em datas comemorativas (como Natal, Páscoa, Dia das Crianças, etc.), reforço escolar, festas de debutantes, programação de férias, oficinas, mostras de cinema, festas literárias²⁴, shows, espetáculos, cursos gratuitos de informática, inglês, espanhol, beleza, gastronomia, entre outros.²⁵ Com isso, pode-se perceber que a atenção da chamada política de pacificação está voltada para a produção de capital humano²⁶ e também para a formação de crianças e jovens *resilientes*.

Em análise sobre a noção de *resiliência*, Salette Oliveira mostra seu funcionamento a partir de uma “atividade incessante de restaurações diante de degradações como forma de governo de restauração do vivo”²⁷, e como seu uso político passa a ter efeitos sobre a pacificação de confrontos.

A *resiliência* funciona, portanto, como um duplo em relação às práticas de *redução de vulnerabilidades*²⁸ sociais e socioambientais, pois, além da capacidade de adaptação dos que já sofreram algum tipo de impacto, está em jogo a responsabilidade de prevenir o risco. Estabelece-se uma subjetividade que perpassa e faz funcionar uma relação entre vitimização e superação, que começa não apenas por meio de práticas externas destinadas a esses indivíduos, como também pelos próprios indivíduos que se vêm nessa condição a qual foram classificados.²⁹

Desse modo, o Estado investe no apaziguamento da população e no fortalecimento da produção de cidadãos regulados, produtivos e participativos. Ao combinar ação militar com projetos sociais, pretende-se formar um sujeito produtivo e dócil que, capturado por um discurso em prol de um *futuro melhor*, consente e clama por essas ocupações policiais, tornando-se, ele próprio, um *cidadão-polícia*³⁰.

O funcionamento e os efeitos da UPP, junto com a Rio+Social, expõem um crescente investimento social realizado nas favelas cariocas, com o uso de uma estratégia que tenta afastar o caráter assistencialista das ações sociais com a incorporação de elementos utilizados pelo setor privado à gestão, fazendo com que essas atividades funcionem atreladas ao mercado e assim estabeleçam os chamados *negócios sociais* – uma forma de intervenção social destinada

aos chamados *vulneráveis* e capaz de gerar lucro.³¹ Verifica-se, portanto, a gestão empresarial destinada tanto ao governo da cidade quanto ao daqueles que se encontram na margem, capitalizando suas misérias e produzindo efeitos apaziguadores.

policiando

Em suas análises sobre a Razão de Estado, Michel Foucault a articulou partindo de dois dispositivos de segurança: o diplomático-militar (que procura alianças e o fortalecimento do exército) e a polícia (que busca fortalecer o Estado em seu interior). Em uma perspectiva histórico-política relativa à emergência da polícia, Foucault afirma que o alvo da polícia é a vida ao se constituir como um aparato que engloba desde as relações entre os homens e as coisas, até suas relações de propriedade, produção e comércio.³²

No Brasil, a polícia é vista “como um sujeito de farda, armado, folgado, gritão e pronto para matar e torturar. Conduta muitas vezes apreciada, esperada e desejada por inumeráveis pessoas, inclusive entre as classes populares, como condição necessária para o combate aos ‘malefícios sociais do crime’. (...) Esquece-se que na função de zelar pela moral pública, como instituição executora da lei, qualquer polícia (de ditaduras ou democracias) tortura e mata”³³. E em nome desta moral pública, o Estado segue atualizando suas tecnologias de controle e ampliando modulações.

Na emergência da sociedade de controle anunciada por Gilles Deleuze³⁴, as tecnologias de governo se redi-

mensionam num fluxo contínuo e inacabado, sem deixar de lado as técnicas relativas à sociedade disciplinar. Por meio da atual equação entre isolamento e participação, exercida pela política de pacificação, nota-se que não mais os *moldes* dos confinamentos estão em jogo, mas sim uma *modulação* dos controles, como indicou Deleuze. Evidência desta modulação é a própria mudança estratégica do nome do programa de UPP Social para Rio+Social, realizada em um momento considerado de “crise” da política de pacificação.

Desvincular o nome do programa social da UPP explicita uma modulação da segurança contemporânea que se faz e refaz contando com eventuais mudanças, exigindo adaptações para que os projetos tornem-se mais efetivos. E isso deve ocorrer de maneira que essas mudanças não produzam grandes rupturas, pois a modulação não é somente um molde com fronteiras demarcadas, mas “uma moldagem autodeformante que [muda] continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”³⁵.

Compondo os mais variados nomes, outras políticas de pacificação modulares se alastram pelo Brasil com seus programas de administração da miséria. UPP e Rio+Social tornaram-se referências para uma “nova estratégia de segurança pública” implantada em outros Estados.³⁶

Entre aqueles que aderem abertamente à política de pacificação estão, de um lado, os produtores de discursos que criminalizam a pobreza, destoantes ou não da norma, e, de outro lado, mas na mesma direção, aqueles que defendem que a aplicação da lei seja mais humanizada, de maneira que a ação truculenta seja utilizada somente

em “último caso”. Nota-se, em meio à política de pacificação um estado de conflito permanente em nome de uma renovada ordem que estabeleça uma paz armada, atualizada constantemente pelo exercício da violência.

do desejo de segurança

Designadas por *comunidades*, difunde-se nas favelas práticas que garantam a continuidade da cultura do castigo. É perante a atual racionalidade neoliberal analisada por Foucault, em que “é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo”³⁷, que a *convocação à participação* se amplia e consolida vidas obedientes, não pela força do governante, mas pelo *assujeitamento*³⁸ das pessoas que se colocam na situação de governadas e que se autogovernam fortalecendo as modulações.

Os moradores dessas áreas se prontificam em reformar suas *comunidades* para que estas sejam efetivamente registradas, monitoradas, dirigidas, cercadas e, a qualquer manifestação de resistência, tornem-se alvo de ameaças, punições e violências até a (re)tomada de um ambiente seguro.

No entanto, um acontecimento recorrente, mas com ampla repercussão midiática, acirrou a discussão sobre a prática policial aplicada em favelas e periferias do Rio de Janeiro. Em julho de 2013, o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza sumiu após ser detido por policiais da UPP na favela da Rocinha. Esse caso e tantos outros ocorridos nos meses seguintes, como a morte por arrastamento de Claudia e as chamadas “balas perdidas” que mataram

Douglas, Edilson e muitos outros, colocou em cheque a política de pacificação. Porém, o caso Amarildo somente expressa o rosto de uma estatística que aponta para o crescimento do número de desaparecimentos nas favelas cariocas com UPP em comparação com a diminuição dos homicídios.³⁹

Todos os dias pessoas são presas, torturadas, humilhadas, desaparecidas, assassinadas, o que explicita a violência dessa política como de qualquer polícia. Contudo, é preciso um cuidado ao lidar com essas violências, pois se assume que neste desaparecimento estava em jogo a vida do que, muitas vezes, é chamado de “homem de bem”. Ou seja, se Amarildo não fosse um trabalhador, mas sim um “vagabundo” ou um “bandido qualquer”, e se a sua mulher não tivesse alardeado seu desespero, seu corpo seria só mais um a figurar nas estatísticas de desaparecidos ou nas muitas valas comuns ainda existentes. Além disso, os casos de assassinatos e torturas mais recentes passam a compor o *frame* de notícias por conta da conjuntura das manifestações ocorridas em junho de 2013, que possibilitou a visibilidade do desaparecimento de Amarildo com a conhecida frase “Cadê o Amarildo?”. Essa pergunta circulou por todo o planeta e de muitas maneiras – desde cartazes, *hashtags*, camisetas estampadas e *cartoons*, até intervenções em cédulas de Real, como fez o artista plástico Cildo Meireles⁴⁰.

As mortes ocorridas em meio às ocupações policiais são justificadas como desvios de conduta a serem corrigidos. Ao pretender instaurar um estado de paz em oposição a um estado de guerra, a política de pacificação mata e produz sobrevivências. A população governada adere às normas e a uma conduta cada vez mais obediente, adaptada aos

fluxos de monitoramento e alastrando a sórdida conduta policial na busca por segurança.

Esse desejo por um ambiente governado e seguro, que dissemina a conduta policial de cada um por todos os cantos, faz funcionar uma modulação que dá continuidade a um assujeitamento produzido pelo próprio indivíduo solícito à participação. Constata-se, no interior deste programa de segurança, a produção de novas políticas para a formação de mais polícias, novos projetos sociais para a produção de mais inclusões, novas modulações para o controle *ad infinitum* de uma população miserável e capturada pelas promessas de um lugar seguro e um futuro melhor.

Notas

¹ Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa de Iniciação Científica *UPP e UPP Social: novas modulações de segurança, dispositivos para cuidar da vida no e do planeta*, vinculada ao Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetárias, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle* e realizada entre 2012 e 2013, com bolsa FAPESP, sob orientação do Prof. Dr. Edson Passetti, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

² O surgimento das favelas, entretanto, só passa a ser reconhecido como fenômeno urbano na década de 1940. Lícia do Prado Valladares. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, pp. 36-49.

³ O uso da expressão “violência urbana” é questionado por Loïc Wacquant como sendo um produto do “novo senso comum penal” operado pelo discurso de intelectuais midiáticos que realizam-o na fabricação de dados “pré-pensados” em relatórios oficiais do governo. Loïc Wacquant. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, pp. 52-65.

⁴ Nota-se, diante do uso da palavra “comunidade”, a expressão de uma vontade de uniformidade que limita as pessoas à novas experimentações

além da fronteira dos costumes identitários ali estabelecidos e, desse modo, cria-se um facilitador para os programas que apostam no gerenciamento da pobreza como sinônimo de lucro. Na comunidade, os indivíduos são *convocados a participar*, seja do jogo dos “chefes” da comunidade, seja do jogo do Estado. Nu-Sol. “comunidade” in *verbetes*. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=30> (acesso em: 24/09/2014).

⁵ Edson Passetti, em suas análises sobre a sociedade de controle, elaborou a noção de *convocação à participação* e seu uso progressivo, tanto nas técnicas de dominação, quanto nas atuais ferramentas eletrônicas que, em sincronia, aperfeiçoam as práticas de sujeição (Edson Passetti. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo, Cortez, 2003). Utilizo-me das noções de *dominação e sujeição* a partir das análises de Michel Foucault, sendo a primeira entendida como “as múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade: não, portanto, o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social”; num momento em que está em jogo não mais a soberania combinada com obediência, mas a dominação articulada à sujeição. Michel Foucault. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2010, p. 24.

⁶ Edson Passetti. “Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica” in *Revista Ecopolítica*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 5, janeiro-abril 2013, p. 107.

⁷ Sobre os cuidados dispersados por ONGs e Institutos como uma prática de cidadania policial, ver Acácio Augusto. *Política e polícia: cuidados, controles e penalização de jovens*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2013.

⁸ Essa política foi inspirada na experiência de Segurança Pública de Medellín, Colômbia, que ganhou notoriedade internacional ao final da década de 1990 por conta de uma crescente onda de violência protagonizada por grupos paramilitares e guerrilhas. Atualmente, Medellín é considerada o “laboratório da paz”. Gilberto Dimenstein. “Medellín passou de capital da violência a laboratório da paz” in *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16/10/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd161006a.htm> (acesso em: 15/03/2014).

⁹ Apesar dos méritos das UPPs serem constantemente atribuídos ao secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, no cargo desde 1º de janeiro de 2007 (tempo recorde de ocupação deste cargo), vale lembrar que a articulação da atual estratégia de pacificação já fora estruturada em

Modulação pacificadora da polícia nas favelas cariocas

outro momento de maneira semelhante com o projeto Território de Paz, articulado no Brasil em 2007 pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). O projeto pretendia instalar 30 núcleos de Justiça Comunitária até 2011 para mediar conflitos. No entanto, não se constata a continuidade do mesmo.

¹⁰ BRASIL. *Decreto 6.703/2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm (acesso em: 25/03/2014).

¹¹ Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. (acesso em: 16/03/2014).

¹² Coordenadoria de Polícia Pacificadora. Disponível em: <http://coordenadoriapupp.com.br/conteudo/geral.html> (acesso em: 20/03/2014).

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ O Povo. “Polícia do Rio usa tecnologia HD para combater o crime na favela da Rocinha” in *Galeria*. Ceará, 01/10/2013. Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/galeria/2013/01/10/interna_galeria_fotos,561/policia-do-rio-usa-tecnologia-hd-para-combater-o-crime-na-favela-da-rocinha.shtml (acesso em: 21/03/2014).

¹⁶ Esse mapeamento está sendo realizado por meio do Projeto Wikimapa, mantido por wiki-repórteres (jovens selecionados que moram em favelas). Os jovens recebem um treinamento rápido para utilizar o aplicativo de mapeamento e, em seguida, começam a georreferenciar o território em que residem por meio de celular ou internet. O projeto conta com o apoio do Instituto Oi Futuro, que concedeu um celular com GPS a cada jovem participante do projeto para que a transmissão de informações passadas seja precisa. Além dos wiki-repórteres, qualquer pessoa pode ter a iniciativa de inscrever-se e participar do projeto, bastando baixar o aplicativo em um celular com conexão com a internet. Projeto Wikimapa. Disponível em: <http://blog.wikimapa.org.br/> (acesso em: 21/03/2014).

¹⁷ Rafael Gazzarrini. “Smart policing: o app que pode ‘vigiar’ policiais no Rio de Janeiro” in *Tec Mundo*. São Paulo, 21/10/2013. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/software/45951-smart-policing-o-app-que-pode-vigiar-policiais-no-rio-de-janeiro.htm> (acesso em: 21/03/2014).

¹⁸ O Instituto Pereira Passos é uma autarquia que se dedica a produzir dados e conhecimento sobre a cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de apoiar a gestão pública. O IPP também planeja e coordena projetos de desenvolvimento urbano, social e econômico estratégicos para a cidade. Instituto Pereira Passos. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp> (acesso em: 21/03/2014).

¹⁹ Rio+Social. Disponível em: <http://www.riomaisocial.org/programa/> (acesso em: 05/09/2014).

²⁰ Exemplo disso pode ser encontrado na fala do diretor de uma grande rede varejista de comércio já atuante em favelas cariocas: “As comunidades têm um perfil de público-alvo que corresponde ao nosso. O sucesso das lojas nesses locais é nossa assinatura embaixo da proposta de pacificação do governo”. Imprensa RJ. “Pacificação fomenta instalação de grandes redes em comunidades” in *Segurança*. Rio de Janeiro, 17/09/2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1204835> (acesso em: 20/03/2014).

²¹ Em 15 de setembro de 2011, foi lançado na favela Cidade de Deus o primeiro Banco Comunitário, na cidade do Rio de Janeiro, com apoio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, tendo sido experimentado também em outras favelas. Utiliza-se a moeda social como dinheiro e concede-se crédito produtivo para beneficiários do Programa Bolsa Família, em meio a outros benefícios. Em algumas moedas sociais, as notas de dinheiro levam estampadas o rosto de alguns moradores das favelas. R7. *Cidade de Deus ganha primeiro banco comunitário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 15/09/2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/cidade/de/deus/ganha/primeiro/banco/comunitario/do/rio/de/janeiro/20110915.html> (acesso em: 22/03/2014).

²² O Globo. *Mais da metade dos turistas quer conhecer favelas do Rio*. Rio de Janeiro, 21/01/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mais-da-metade-dos-turistas-quer-conhecer-favelas-do-rio-7349831> (acesso em: 22/03/2014).

²³ Brasil de fato. “A favela agora virou a alma do negócio” in *Nacional*. Rio de Janeiro, 08/01/2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11477> (acesso em: 22/03/2014).

²⁴ Dentre elas, destaca-se a FLUPP (Festa Literária Internacional das UPP), projeto inspirado na FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), que

Modulação pacificadora da polícia nas favelas cariocas

busca reunir os atuais e futuros autores nacionais. O encontro também concede prêmios para o trabalho de “formação de autores”, envolvendo moradores das favelas cariocas, policiais das UPPs e participantes da FLUPP Pensa (evento que ocorre nos meses que antecedem a FLUPP, cuja proposta é “formar leitores e escritores nas favelas pacificadas” e “estimular a polícia a pensar junto com os moradores”). A FLUPP Pensa organiza encontros, tanto nas favelas como na Academia da Polícia Militar, onde intelectuais e filósofos são convidados a dar orientações de como aperfeiçoar a polícia. FLUPP. Disponível em: <http://flupp.net.br> (acesso em: 20/03/2014).

²⁵ Cada um dos itens citados são atividades de fato realizadas pela UPP Social e encontram-se disponíveis no site do programa, nos canais “Notícias” e “Agenda”. UPP Social. Disponível em: <http://www.uppsocial.org/> (acesso em: 19/03/2014).

²⁶ Seguindo indicações de Michel Foucault, a teoria do capital humano compõe a racionalidade neoliberal de maneira que o indivíduo invista em suas competências para obter ganhos na forma de rendimento do que possui enquanto capital humano. Michel Foucault. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 312-320.

²⁷ Salete Oliveira. “Política e resiliência – apaziguamentos distendidos” in *Revista Ecológica*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 4, setembro-dezembro 2012, pp. 105-129.

²⁸ O termo “vulnerabilidade” é utilizado pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento a partir de 1998 e, desde então, funciona como metodologia para a elaboração de estratégias de redução da pobreza. Recentemente, produziu um índice utilizado como referência para a elaboração de ações sociais no âmbito das políticas de segurança. Salete Oliveira. “Anarquia e dissonâncias abolicionistas” in *Revista Utopia*. Lisboa, Coletivo Cultural A Vida, 2006, pp. 29-32. Esses índices identificam regiões que contenham pessoas suscetíveis à prática de atos violentos ou mesmo incapazes de lidar com eles. Também é utilizado, em grande medida, em análises socioambientais que mapeiam territórios que apresentam riscos ambientais.

²⁹ Salete Oliveira, setembro-dezembro 2012, op. cit., pp. 105-129.

³⁰ Edson Passetti. *Anarquismos e sociedade controle*. São Paulo, Cortez, 2003.

³¹ Acácio Augusto. “Penalizações a céu aberto, uma política planetária” in *Revista Ecológica*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 4, setembro-dezembro 2012, pp. 93-94.

³² Michel Foucault. *Segurança, território e população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 457-459.

³³ Nu-Sol. “polícia” in *verbetes*. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=66> (acesso em: 20/03/2014).

³⁴ Gilles Deleuze. “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle” in *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 1992, pp. 219-226.

³⁵ Idem, p. 225.

³⁶ Já em vigor no Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, e de forma similar em Alagoas com o Programa Brasil Mais Seguro. Portal Planalto. *Governo lança Programa Brasil Mais Segura para reduzir criminalidade e impunidade*. Brasil, 27/06/2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/governo-lanca-programa-brasil-mais-seguro-para-reduzir-criminalidade-e-impunidade> (acesso em: 24/09/2014).

³⁷ Michel Foucault. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008, p. 310.

³⁸ Para Foucault, a noção de *assujeitamento* trata de um esforço que o indivíduo realiza sobre si para ser um certo tipo de sujeito, tanto no sentido de estar sujeito a alguém como preso a sua identidade (Michel Foucault. “O sujeito e o poder” in Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow (orgs.). *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009, pp. 231-249). No entanto, essa noção apresenta traduções divergentes, sendo tratada muitas vezes como “sujeição”, como podemos observar em trecho do último capítulo da obra *A história da sexualidade I: A vontade de saber* com tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque: “(...) explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (p. 152). Já na tradução de Guilherme Castelo Branco referente a mesma obra, tem-se: “(...) para se obter o assujeitamento dos corpos e o controle das populações”. Opto pela tradução de Castelo Branco, pois situa o motivo pelo qual faz essa diferenciação ao

Modulação pacificadora da polícia nas favelas cariocas

mostrar que o *assujeitamento* “trata-se de um modo de realização do controle da subjetividade pela constituição mesma da individualidade, ou seja, da construção de uma subjetividade dobrada sobre si e cindida dos outros”. Guilherme Castelo Branco. “Considerações sobre ética e política” in Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro, Nau, 2000, p. 326.

³⁹ UOL Notícias. “Desaparecimentos aumentaram em favelas do Rio após início das UPPs” in *Cotidiano*. Rio de Janeiro, 08/03/2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm> (acesso em: 21/03/2014).

⁴⁰ Anselmo Gois. “Cadê Amarildo?” in *O Globo*. Rio de Janeiro, 16/04/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/anselmo/posts/2014/07/15/cade-amarildo-542698.asp> (acesso em: 24/09/2014).

Resumo

Em busca de novas estratégias para a questão da violência, narcotráfico e conflitos territoriais nas favelas do Rio de Janeiro, a prefeitura da cidade, por meio de parcerias, articulou a chamada política de pacificação composta por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e Rio+Social. Afirmando a necessidade de cidadania e desenvolvimento para esses locais, tal política convoca a população a participar da nova estratégia de segurança. Busca-se, nesse artigo, mostrar como esse itinerário funciona por modulação e como seus efeitos se espraiam produzindo pacificações.

Palavras-chave: UPP, pacificação, segurança.

Abstract

Looking for new strategies for violence issues, drug trafficking and territorial conflicts in Rio de Janeiro shantytown, the town hall of this city, through partnership, articulated, in 2008, the called pacification policy composed by Pacifying Police Unit (UPP) and Rio+Social. Affirming the need of citizenship and development for these places, this mentioned policy invite the population to participate of this new security strategy. The focus on this article is to show how this itinerary works for modulation and how their effects are spread, coming to pacifications.

Keywords: UPP, pacification, security.

Peacemaker modulation of police in Rio's favelas, Mayara de Martini Cabeleira.

Recebido em 30 de setembro de 2014. Confirmado para publicação em 20 de março de 2015.